Declaração Política
Cabo Submarino de Fibra Óptica
2004/02/11 – Paulo Valadão

Senhor Presidente
Senhores Deputados
Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo Regional

O desenvolvimento harmónico e equilibrado da Região Autónoma dos Açores é um dos principais problemas políticos do presente e do futuro.

Esta Região Autónoma só será efectivamente uma Região, sentida como tal pela sua população, se de facto existir um desenvolvimento económico, social, cultural que inclua todas as ilhas que a constituem e que esses desenvolvimentos sejam sentidos e compreendidos por todos os que vivem e trabalham em cada uma das parcelas do Arquipélago.

Para que o desenvolvimento seja harmónico e equilibrado é fundamental que o Estado, quer através dos serviços da República, quer através dos serviços da Região, proporcionem os mesmo direitos a todos os cidadãos que vivem na Região, independentemente da parcela onde se encontrem; e os referidos direitos têm de ser atribuídos em igualdade de circunstâncias para todos. Assim tem de ser, até porque os deveres de cidadania são iguais para todos independentemente da parcela da região onde vivam ou trabalhem. Mas este desenvolvimento harmónico e equilibrado da Região, que defendemos, exige uma atenção muito particular em relação às ilhas menos populosas e mais afastadas, na medida em que sofrem uma dupla insularidade, por ficarem, em alguns casos, mais afastadas dos centros de decisão e dos meios mais desenvolvidos e por terem menos população. Porém, as suas populações aspiram ao progresso e ao desenvolvimento que todos desejamos para a totalidade da Região.

Hoje, em cada Ilha da Região, existe a possibilidade de chegar ou partir por via aérea; hoje, existe porto acostável em 8 ilhas, só não existindo ainda na ilha do Corvo; hoje, existe ensino oficial obrigatório em todos os

concelhos da Região, à excepção do concelho das Lajes das Flores; hoje, existem serviços de saúde adequados em todos os concelhos, à excepção do concelho das Lajes das Flores; hoje, temos acesso à Internet nas nove ilhas da Região; hoje, vemos a RTP/Açores e a RTP-1 nas nove ilhas dos Açores; hoje, temos ensino secundário em oito ilhas, não existindo ainda na ilha do Corvo. Podíamos citar outros exemplos, porque efectivamente há que reconhecer algum esforço efectuado durante estes anos da Autonomia política e administrativa, no sentido do desenvolvimento de todas as ilhas, embora com uma ou outra anomalia, sendo possível eliminar essas carências ainda existentes. Mas esta procura de desenvolvimento equilibrado e harmónico foi quebrado com a ligação do cabo submarino de fibra óptica apenas a sete ilhas da Região, que por sua vez se podem ligar à Região da Madeira e ao Continente através dele, deixando de fora as Ilhas das Flores e do Corvo.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo Regional

Esta anomalia é fruto de um processo em que intervieram activamente responsáveis de dois Governos Regionais; um da responsabilidade do PSD, e outro da responsabilidade do PS. O primeiro, quando foi negociada ao nível da Comunidade Europeia a comparticipação da ligação das diferentes ilhas da Região pelo cabo submarino de fibra óptica e em que se excluiu as ilhas do Grupo Ocidental. Depois, continuando o projecto e executando-o, o Governo do PS manteve a exclusão daquelas ilhas. No início deste processo tudo fiz no sentido de denunciar esta anomalia e exigir a normalidade. Em 1996, na primeira intervenção que proferi na VI Legislatura afirmei e cito:

"Quando se anuncia que existirá um cabo submarino de fibra óptica que ligará os Açores a Lisboa, e se tem conhecimento que essa ligação termina no Faial, receamos pelo futuro das comunicações com o Grupo Ocidental do Arquipélago". E acrescentei "É necessário saber-se por que razão essa ligação não chegará às Flores e ao Corvo, tanto mais que esse projecto será comparticipado por fundos nacionais e comunitários".

Mas voltei ao assunto na análise do Programa do Governo, em 96, e nessa altura o Senhor Secretário Regional da Economia afirmou e cito:

"Quanto ao cabo de fibra óptica, como sabem, esta foi matéria de negociação do anterior Governo, mas, do que sei, para o Grupo Ocidental a Marconi prevê a instalação de uma estação terrena de antenas

parabólicas destinadas a captar sinais de satélite para telecomunicações" fim de citação.
Continuei, por diversas vezes, neste Parlamento, a exigir que o Projecto do cabo de fibra óptica incluísse as Flores e o Corvo.
O Projecto foi executado, mas as Flores e o Corvo continuaram a ser a excepção, não ficando ligadas pelo cabo às restantes ilhas. Esta anomalia é um sinal de que não se teve na devida conta, e em relação a esta matéria, um desenvolvimento harmónico de todas as Ilhas. Nunca ninguém conseguiu explicar por que razão uma estação de antenas parabólicas era tão boa para as Flores e o Corvo, mas não o era para as restantes ilhas, ou por que razão era necessário o cabo de fibra óptica para 7 ilhas, mas não o era para duas ilhas. Pela nossa parte sempre considerámos fundamental a ligação das Flores e do Corvo às outras ilhas pelo cabo de fibra óptica.
Senhor Presidente
Senhores Deputados
Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo Regional
Hoje, esta anomalia, que não permite às Flores e ao Corvo estarem ligadas às restantes ilhas da Região, à Madeira, ao Continente e ao Mundo, através desta nova via de comunicação moderna, rápida e eficiente, mereceu uma pergunta escrita apresentada pela deputada Ilda Figueiredo no passado dia 15 de Janeiro à Comissão Europeia, solicitando informação sobre a possibilidade de existirem apoios financeiros para a ligação, por cabo submarino de fibra óptica, das Flores e do Corvo ao resto das ilhas do arquipélago. Esta iniciativa da deputada europeia do PCP é da maior importância, mas torna-se necessário que o Governo Regional também se disponha a intervir no sentido de ser implementada esta ligação com a máxima brevidade possível.
Para o PCP/Açores é da mais elementar justiça que as ilhas do grupo ocidental dos Açores sejam ligadas, por cabo de fibra óptica e vamos continuar esta luta, há muito iniciada e que só será concluída quando virmos concretizado este objectivo essencial ao desenvolvimento harmónico e equilibrado dos Açores.